

Processo n.: @REC 17/00174271

Assunto: Recurso de Reconsideração contra o Acórdão n. 0671/2016, exarado no Processo n. TCE-11/00445258

Interessado: Valdonir Estivalet Teixeira

Procurador: Odair Luiz Andreani

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio do Sul

Unidade Técnica: AJUR

Acórdão n.: 512/2019

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões apresentadas pelo Relator e com fulcro no art. 59 c/c o art. 113 da Constituição Estadual e no art. 1º da Lei Complementar (estadual) n. 202/2000, em:

1. Conhecer do Recurso de Reconsideração, interposto pelo Sr. Valdomiro Estivalet Teixeira, nos termos do art. 77 da Lei Complementar (estadual) n. 202, de 15 de dezembro de 2000, contra o Acórdão n. 0671/2016, exarado na Sessão Ordinária de 07/11/2016, nos autos do Processo n. TCE-11/00445258, e, no mérito, dar-lhe provimento para:

1.1. modificar o item 6.2 da deliberação recorrida, que passa a ter a seguinte redação:

*“6.2. Condenar o Sr. **Henrich Teske** – Diretor da Construtora Teske Ltda. à época da irregularidade a seguir, CPF n. 498.464.699-34, em razão de despesa irregular no valor de **R\$ 2.760,00** (dois mil, setecentos e sessenta reais), referente à mão de obra e material para a iluminação da ponte que estavam previstos na planilha orçamentária da Construtora Teske Ltda., sendo o serviço realizado por outra empresa, caracterizando pagamento por serviço não executado, descumprindo os arts. 62 e 63 da Lei n. 4.320/64 (item 2.3 do **Relatório de Reinstrução DLC n. 642/2014**), fixando-lhes o **prazo de 30 (trinta) dias**, a contar da publicação deste Acórdão no Diário Oficial Eletrônico desta Corte de Contas, para comprovarem, perante este Tribunal, o **recolhimento do valor do débito aos cofres do Município**, atualizado monetariamente e acrescido dos juros legais (arts. 40 e 44 da Lei Complementar – estadual - n. 202/2000), calculados a partir da data da ocorrência do fato gerador do débito, ou interpor recurso na forma da lei, sem o quê, fica desde logo autorizado o encaminhamento da dívida para cobrança judicial (art. 43, II, da citada Lei Complementar).”*

1.2. cancelar o item 6.3 e subitens 6.3.1 a 6.3.4 do Acórdão recorrido;

1.3. ratificar os demais termos da deliberação recorrida.

2. Dar ciência deste Acórdão ao Sr. **Valdomiro Estivalet Teixeira**, ao procurador acima nominado e à Prefeitura Municipal de Rio do Sul.

Ata n.: 68/2019

Data da sessão n.: 02/10/2019 - Ordinária

Especificação do quórum: Adircélio de Moraes Ferreira Júnior, Cesar Filomeno Fontes, Luiz Eduardo Cherem, José Nei Alberton Ascari e Cleber Muniz Gavi (art. 86, *caput*, da LC n. 202/2000)

Representante do Ministério Público de Contas: Cibelly Farias

Conselheiros-Substitutos presentes: Gerson dos Santos Sicca e Sabrina Nunes Iocken

ADIRCÉLIO DE MORAES FERREIRA
JÚNIOR
Presidente

LUIZ EDUARDO CHEREM
Relator

Fui presente: CIBELLY FARIAS
Procuradora-Geral do Ministério Público de Contas/SC